



Número: **0800074-70.2020.8.15.0731**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Cabedelo**

Última distribuição : **07/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO (AUTOR)		Francisco Israel Cardoso da Silva (ADVOGADO) Marcos Vinicius Almeida dos Santos (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27326 907	07/01/2020 21:48	Petição Inicial	Petição Inicial
27326 908	07/01/2020 21:48	INICIAL - DPVAT - Maria José	Informações Prestadas
27326 909	07/01/2020 21:48	1 - Procuração e documentos pessoais	Procuração
27326 910	07/01/2020 21:48	2 - Boletim de Ocorrência e Samu	Documento de Comprovação
27326 911	07/01/2020 21:48	3 - Provocação Administrativa	Documento de Comprovação
27326 912	07/01/2020 21:48	4 - Documentos Médicos	Documento de Comprovação
27421 202	13/01/2020 16:22	Despacho	Despacho
27427 188	13/01/2020 18:54	Mandado	Mandado
27427 189	13/01/2020 18:54	Mandado	Mandado
28039 448	06/02/2020 14:09	Petição. Parte Autora. Manifestações e Juntada do comprovante de indeferimento administrativo	Petição
28039 957	06/02/2020 14:09	Petição. Parte Autora. Juntada do comprovante de indeferimento	Informações Prestadas
28039 958	06/02/2020 14:09	Indeferimento administrativo	Outros Documentos
28039 960	06/02/2020 14:09	Movimentação processual - análise administrativa finalizada e indeferida	Outros Documentos
28852 519	06/03/2020 18:52	Despacho	Despacho

em pdf.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA
MISTA DA COMARCA DE CABEDELO/PB.**

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO, brasileira, portador do RG nº. 1.333.588 - 2ª via SSDS/PB e do CPF nº. 727.086.624-49, residente na Avenida Presidente Washington Luiz, 96, Jardim América, Cabedelo/PB - CEP: 58102-562, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Exª, propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3ª e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à *espécie*, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do Novo CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

- 1 -

Rua Padre Lindolfo, 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB**; Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**; Rua João Vitorino Raposo, 19, Centro, **SANTA RITA/PB**. **TELEFONES:** (83) 3031-3859, 98832-2728 e 99136-8269. **E-MAIL:** cardosoadvocacia@hotmail.com.br
WWW.CARDOSOADVOCACIA.JUR.ADV.BR



II – DO INTERESSE DE AGIR - DA PROVOCAÇÃO PRÉVIA POR VIA ADMINISTRATIVA - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

- 2 -



APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia

- 3 -



médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, o profissional tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder não paga os valores contratados, sempre pagando a valores menores, ou simplesmente, como é o caso, de não pagar qualquer valor, por sempre obstaculizar o recebimento do valor da apólice. (Comprovante em anexo)

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas.

- 4 -



No presente caso, o autor já esgotou todas as vias administrativas possíveis, conforme comprovantes em anexo, sendo assim plenamente possível a presente ação.

III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de ATROPELAMENTO ocorrido em 28 de outubro de 2017, por volta das 20:45h na Avenida Epitácio Pessoa, em frente a Nova Diagnóstico, onde foi socorrida pelo SAMU e sendo encaminhada ao, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Ressalte-se, ainda, que a parte promovente buscou a via administrativa para obter o seguro, mas não logrou êxito, pois não recebeu a quantia correspondente ao valor da apólice, mesmo comprovando documentalmente a lesão permanente.

Evidentes, dessa forma, o acidente, **e diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

IV.I. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária – DPVAT -, por INVELIDEZ PERMANENTE.

A **Lei 6.194/74** dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

- 5 -



c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa**, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem **as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

- 6 -



APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
DPVAT - Interposição contra sentença que julgou procedente a
ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT. Acidente com
trator. Indenização por seguro obrigatório devida. Invalidez
permanente do autor comprovada. Sentença mantida. Apelação
não provida. DPVAT (3777973320108260000 SP 0377797-
33.2010.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento:
15/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:
20/06/2011)

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA -
DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE
OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE
DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE
NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO
ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO
MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006
MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA
DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO
DESPROVIDO.(TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO
POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O
SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA
DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER
FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA
DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS
IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP
9196426-17.2009.8.26.0000).

- 7 -



Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

IV – DOS PEDIDOS

POSTO ISSO, REQUER:

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais e honorários advocatícios** sobre o valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

- 8 -





Nesses termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 12 de dezembro de 2019.

FRANCISCA CARDOZO DA SILVA

ADVOGADA

FRANCISCO ISRAEL CARDOZO DA SILVA

ADVOGADO

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS

ADVOGADO

DOCUMENTOS EM ANEXO:

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Certidão hospitalar
- 4- Outros documentos

- 9 -

Rua Padre Lindolfo, 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB**; Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**; Rua João Vitorino Raposo, 19, Centro, **SANTA RITA/PB**. **TELEFONES:** (83) 3031-3859, 98832-2728 e 99136-8269. **E-MAIL:** cardozoadvocacia@hotmail.com.br
WWW.CARDOZOADVOCACIA.JUR.ADV.BR





CARDOZO

Advocacia

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE(S): MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MARQUELO BRASILEIRA CASADA, DIXIDORA DE SERVIÇOS GÊRMES, RG: 1333.588-5505/PB, CPF: 727.086.624-49, RESIDENTE E ADICIONADO A RUA WASHINGTON LIMA, Nº 96, JARDIM AMÉRICA, CAPEDELO/PB, CEP: 58102-562.

OUTORGADOS: FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 24651, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

PODERES: Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante Seguradoras e/ou Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, requerer o seguro DPVAT, em qualquer de suas modalidades, seja administrativamente ou judicialmente, benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, receber alvará judicial, RPV e precatórios, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

CAPEDELO/PB, 22 de AGOSTO de 2019.

Maria José de Almeida Marquelo
OUTORGANTE(S)



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** ao **Dr. MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 17.746, com escritório em destaque no rodapé, nos poderes contidos na procuração “*ad judicium*” que me foi outorgada por **MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIROS – CPF: 727.086.624-49**, para fins de atuação nos autos do processo judicial de DPVAT, **COM RESERVA DE PODERES**.

João Pessoa/PB, 22/08/2019.



FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA

ADVOGADO - OAB/PB 16.769



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

727086624 49

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO

11.05.69

Maria José de Almeida Malheiro

EM VALORES CONSTANTES DO ATRIBUTO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALORES EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

7030/0003-01

16/06/88

BANCO DO ESTADO
DA PARAIBA S.A.

42.002/2051

Paula de Araújo

Paula de Araújo, 12. da Silva

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-236

Maria José de Almeida Malheiro

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.333.588 - 2 VIA DATA DE EXPEDICAO 03/07/2007

NOME MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO

PLACAO JOSÉ RAIMUNDO DE ALMEIDA
GENY MARIA DE ALMEIDA

NATURALIDADE JOÃO PESSOA-PB

DCC ORIGEM CASAM N.19421 FLS.102 LIV.B38
CARTORIO 1 JOÃO PESSOA PB
727.086.624-49

DATA DE NASCIMENTO 11/05/1969

Carlos

SIGNATURA DO DIRETOR

MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
AV PRES WASHINGTON LUIZ, 85 - JO AMERICA
CABEDELO / PB CEP: 58100001 (A/G: 1)

Enviado: 21/01/2019 Referência: Jan / 2019
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO-B-230, Km25- Círculo Rede Nor-João Pessoa / PB - CEP: 58071-000
Roteiro: 12 - 13 - 145 - 883 Nº medidor: 92000992223

ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
CNPJ: 03.055.183/0001-40 Inscrição: 15.015.823-0

Nota Fiscal (Envio de Energia Elétrica) 012903522
Cód para Déb. Automático: 0001282465

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Jan / 2019	21/01/2019	19/02/2019	727.086.624-49

Inscrição: 5/1218246-5

Canal de contato

Quer reduzir a conta de luz? Adote hábitos conscientes: não deixe a porta da geladeira aberta sem necessidade, lave o prato e o mínimo de roupas possível de uma só vez e não se esqueça de apagar as luzes ao sair dos ambientes

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 19/12/18 Leitura: 3785	Data: 21/01/19 Leitura: 4186	1	401	33
Demonstrativo				
CCI - Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Alíq. Impostos Totais (R\$)	Base Calc. Pto (R\$) Coloca (R\$)
0801 Consumo em kWh	401,000	0,954400	342,81	342,81 3,71 17,11
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807 CONTRIBUIÇÃO LUM PUBLICA	34,39	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00
0804 JUROS DE MORA 12/2018	0,70	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00
0805 MULTA 12/2018	0,96	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 383,66 342,81 87,50 342,81 3,71 17,11

VENCIMENTO 28/01/2019 **TOTAL A PAGAR** R\$ 383,66

Histórico de Consumo (kWh)

378	401	388	373	425	333	380	306	310	295	341	347
Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Ma/18	Jun/18	Jul/18	Agos/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18

RESERVADO AO FISCO
75da.b591.640a.b063.9fdf.e64d.77b9.9287.

Indicadores de Qualidade				Comparação do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Descrição	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL 4,7	0,12	NOMINAL 220		Serviços de Tel. da Energia/PB	81,25	21,20
DIC TRIMESTRAL 10,16				Compra de Energia	116,04	30,25
DIC ANUAL 20,30				Serviço de Transmissão	12,00	3,10
FIC MENSAL 3,23	1,00	CONFIRMADA LIMITE INFERIOR 202		Encargos de Operação	15,22	3,91
FIC TRIMESTRAL 6,47		LIMITE SUPERIOR 231		Impostos Deletos e Encargos	15,37	3,94
FIC ANUAL 12,95				Outros Serviços	0,00	0,00
DIC 2,88	0,12			Total	393,66	100,00
DIC 12,77						

Valor de EUR (R\$) 11/2018 R\$ 100,00

Faturas em atraso





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00280.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00280.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 13:40 horas do dia 15 de fevereiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Maria José de Almeida Malheiro**, CPF nº 727.086.624-49, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero feminino, profissão Auxiliar de Serviços Gerais, filho(a) de Geny Maria de Almeida e José Raimundo de Almeida, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 11/05/1969 (48 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Presidente Washington Luiz, Nº 852, bairro Bessa, tendo como ponto de referência Em Frente Ao Mercadinho Estrela, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98631-0612.

Dados do(s) Fatos:

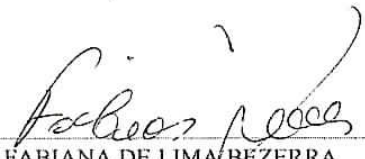
Local: Av. Epitácio Pessoa, Em Frente a Nova Diagnóstico, João Pessoa/PB, bairro Bairro dos Estados; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 28/09/17 20:45h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que ao atravessar a Av. Epitácio Pessoa foi atropelada por uma MOTO NÃO IDENTIFICADA vindo em decorrência a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. JUAN JAIME ALCOBARCE, CRM 3323/PB, DATADO DE 29.01.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrida pelo SAMU; Que não lembra do ocorrido; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 15 de fevereiro de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO
Noticiante

Procedimento Policial: 00280.01.2018.1.00.420





**SAMU
192**
REGIONAL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



**SAMU
192**
REGIONAL JOÃO PESSOA

CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 710/102, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1835805, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO** idade 48 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Atropelamento por Moto)** no dia 28/09/2017, na Av. Epitácio Pessoa, Bairro dos Estados - João Pessoa - aproximadamente às 20:45 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 25 de Outubro de 2017.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CREIS* Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO**

Nº Sinistro: **3180103725**

Vítima: **MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO**

Data do Acidente: **28/09/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180103725**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,


Seguradora Líder-DPVAT

2018-06-27/00648 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12993571



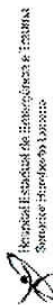
		GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA			
CIRURGIA GERAL					
NOME	MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO				
		LEITO		DATA	06/10/2017

ATESTO QUE MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO
FICOU INTERNADO NESTE HOSPITAL DE
28/09/2017 A 06/10/2017
E DEVERÁ PERMANECER AFASTADO DE SUAS ATIVIDADES
POR 90 DIAS, A CONTAR DO DIA DA INTERNAÇÃO. CID:S36.1

--	--	--	--







Recetário de Controle Especial

Unidade de Saúde	HEETSIL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena - Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro
Paciente	MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
Nº Cartão do SUS	705001097337850
Endereço do paciente	Avenida PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 852, JOAO PESSOA-PB-58035340

CIPROFLOXACINA 500MG 20CP VO TOMAR 01CP DE 12/12H, DEPOIS DE SE ALIMENTAR, 10 DIAS.

06/10/2017
Data

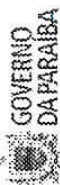
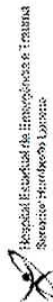
Dr. ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome completo: _____
Identidade: _____
Org. Emissor: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Ass. Farmacêutico _____ Data _____



Recetário de Controle Especial

Unidade de Saúde	HEETSIL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena - Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro
Paciente	MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
Nº Cartão do SUS	705001097337850
Endereço do paciente	Avenida PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 852, JOAO PESSOA-PB-58035340

CIPROFLOXACINA 500MG 20CP VO TOMAR 01CP DE 12/12H, DEPOIS DE SE ALIMENTAR, 10 DIAS.

06/10/2017
Data

Dr. ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome completo: _____
Identidade: _____
Org. Emissor: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Ass. Farmacêutico _____ Data _____







Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 07/01/2020 21:46:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010721463108600000026375742>

Número do documento: 20010721463108600000026375742


GOVERNO DA PARAIBA


Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090

Receituário

Paciente: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
Data: 06/10/2017 09:05:34 Sexo: Feminino CPF: Não Informado
Idade: 48 BAE: 1030711


DOLAMIN FLEX 01CX VO TOMAR 01CP DE 08/08H, DEPOIS DE SE ALIMENTAR, DURANTE 05 DIAS.


LISADOR 01CX VO TOMAR 01CP DE 08/08H, EM CASO DE DOR PERSISTENTE.

ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

Dr. ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090


GOVERNO DA PARAIBA


Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090

Receituário

Paciente: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
Data: 06/10/2017 09:05:34 Sexo: Feminino CPF: Não Informado
Idade: 48 BAE: 1030711


DOLAMIN FLEX 01CX VO TOMAR 01CP DE 08/08H, DEPOIS DE SE ALIMENTAR, DURANTE 05 DIAS.

LISADOR 01CX VO TOMAR 01CP DE 08/08H, EM CASO DE DOR PERSISTENTE.

ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

Dr. ALDENIO AMORIM DE LIMA
5815/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090

		GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL EST. DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA		LAUDO MÉDICO / RESUMO DE ALTA	
NOME MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MALHEIRO			REGISTRO 1030711		
48 ANOS	SEXO FEMININO	COR	CLÍNICA CIR. GERAL	ENF	LEITO
DATA DE ADMISSÃO 28/09/2017		DATA DE ALTA 06/10/2017		TEMPO DE PERMANÊNCIA 8	
DIAGNÓSTICO TRAUMA ABDOMINAL FECHADO					CID CID: S36.1
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
EXAME CLÍNICO					
PRINCIPAIS EXAMES					
LE+HEPATORRAFIA - (28/09/2017)					
NÃO					
INFECÇÃO F.O. <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA <input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> CURADO <input type="checkbox"/> ÓBITO					
RESUMO CLÍNICO					
HISTÓRIA EVOLUÇÃO E TERAPIA COMPLETADAS					
PACIENTE VÍTIMA DE TRAUMATISMO ABDOMINAL CONTUSO, CAUSANDO LESÃO HEPÁTICA, SUBMETIDA À LE+HEPATORRAFIA - (28/09/2017), HAVENDO BOA EVOLUÇÃO ATÉ O MOMENTO.					
DIETA: LIVRE RICA EM FIBRAS.					
REPOUSO: Relativo em casa por 60 dias. Retorno às atividades sem esforço físico em 90 dias. Retorno às atividades com esforço físico leve em 180 dias e com esforço maior em 190 dias.					
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Sen. Humberto Lucena					
MEDICAÇÕES PARA CASA: ANALGÉSICOS E ANTIBIÓTICO.					
RETORNO EM 10 DIAS. <u>PSF (RETIRADA DOS PONTOS)</u>					
06/10/17					
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar. Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO					





Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

Documento de Alta

Nome: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO		Número Prontuário: 104525	
Data de: 11/05/1969	Sexo: Feminino	Data de Internação: 29/09/2017 05:04:19	Data de Alta: 06/10/2017 09:11:33
Motivo da alta: ALTA HOSPITALAR			
Conduta: LAPAROTOMIA EXPLORADORA E HEPATORRAFIA - (28/09/2017).			
Resumo da Internação: PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO NO DIA 28/09/2017, SUBMETIDA A CIRURGIA DE EMERGÊNCIA NO HEETSIL (LAPAROTOMIA EXPLORADORA E HEPATORRAFIA), EVOLUINDO BEM ATÉ O MOMENTO.			
Resultado de Exames: EXAMES LABORATORIAIS ATUAIS DENTRO DOS PARÂMETROS NORMAIS.			
Tratamento: LAPAROTOMIA EXPLORADORA E HEPATORRAFIA - (28/09/2017). ACOMPANHAMENTO PÓS-OPERATÓRIO.			
Diagnóstico: S36.1 - Traumatismo do fígado ou da vesícula biliar			
Recomendações: REPOUSO RIGOROSO POR 90 DIAS. MEDICAÇÕES E ORIENTAÇÕES.			

Data: 06/10/2017

ALDENIO AMORIM DE LIMA
CRM: 5815 - PB





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cabedelo

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800074-70.2020.8.15.0731

DESPACHO

Vistos.

Vistos.

Restou decidido pela Excelsa Corte¹ que, para a configuração do interesse de agir para a propositura de ação de indenização do seguro obrigatório DPVAT, necessária a demonstração de prévio requerimento administrativo.

Assim, tratando de documento indispensável à propositura da ação, emende a parte autora à exordial, carreado para os presentes autos, cópia do pedido administrativo da indenização securitária, sob pena de indeferimento.

Cabedelo, data digital.

Giovanna Lisboa Araujo de Souza

JUÍZA DE DIREITO

¹Recurso Extraordinário nº 839.314/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, publicada em 16 de outubro de 2014.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cabedelo

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800074-70.2020.8.15.0731

DESPACHO

Vistos.

Vistos.

Restou decidido pela Excelsa Corte¹ que, para a configuração do interesse de agir para a propositura de ação de indenização do seguro obrigatório DPVAT, necessária a demonstração de prévio requerimento administrativo.

Assim, tratando de documento indispensável à propositura da ação, emende a parte autora à exordial, carreando para os presentes autos, cópia do pedido administrativo da indenização securitária, sob pena de indeferimento.

Cabedelo, data digital.

Giovanna Lisboa Araujo de Souza

JUÍZA DE DIREITO

¹Recurso Extraordinário nº 839.314/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, publicada em 16 de outubro de 2014.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cabedelo

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800074-70.2020.8.15.0731

DESPACHO

Vistos.

Vistos.

Restou decidido pela Excelsa Corte¹ que, para a configuração do interesse de agir para a propositura de ação de indenização do seguro obrigatório DPVAT, necessária a demonstração de prévio requerimento administrativo.

Assim, tratando de documento indispensável à propositura da ação, emende a parte autora à exordial, carreando para os presentes autos, cópia do pedido administrativo da indenização securitária, sob pena de indeferimento.

Cabedelo, data digital.

Giovanna Lisboa Araujo de Souza

JUÍZA DE DIREITO

¹Recurso Extraordinário nº 839.314/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, publicada em 16 de outubro de 2014.



Petição em PDF.



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 2ª
VARA MISTA DA COMARCA DE CABEDELO/PB.

PROCESSO N.: 0800074-70.2020.8.15.0731

MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO, devidamente qualificado(a) nos autos do processo em epigrafe, que promove contra o **INSS**, já qualificado(a), intermediado(a) por seus procuradores *in fine* assinados, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª., em atenção ao despacho do ID retro (**ID 27421202**) no sentido de comprovar o indeferimento administrativo, conforme RE n. 839.314/MA de 16/10/2014, **REQUERER a juntada do comprovante de indeferimento administrativo que demonstra a existência de pretensão resistida e a movimentação processual extraída no sítio eletrônico da Seguradora Líder que evidência a existência de indeferimento do pedido, veja-se:**

Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO

Nº Sinistro: 3180103725
Vítima: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO
Data do Acidente: 28/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180103725**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.



Ademais, em atenção a cópia do processo administrativo, cabe asseverar que a parte autora no ato do envio pelos correios encaminhou os documentos originais, conforme assim determina o procedimento adotado pela Seguradora. **Assim, requer, desde já, que a Seguradora requerida seja intimada para a juntada da cópia do processo administrativo na sua integralidade.**

Ante isso, pugna por ulterior seguimento do feito, dando-se impulso processual.

Nesses termos,
Pede deferimento.

CABEDELO/PB, **06/02/2020**.

FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA

ADVOGADO – OAB/PB 16.769



Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO**

Nº Sinistro: **3180103725**

Vítima: **MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO**

Data do Acidente: **28/09/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180103725**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00647/00648 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12993571



29/01/2020

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo




(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

 [\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)

 [\(/Pages/Atalhos-Como-Pedir-Indenizacao-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-Como-Pedir-Indenizacao-Teclado.aspx)

Documentos Despesas Médicas
[\(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
Documentos Invalidez Permanente
[\(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
Documentos Morte
[\(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
Dicas Indispensáveis
[\(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrada, contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180103725 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO

BENEFICIÁRIO MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO

CPF/CNPJ: 72708662449

Posição em 29-01-2020 14:51:38

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
---------------	------------	-----------

radoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/3



Assinado eletronicamente por: Francisco Israel Cardoso da Silva - 06/02/2020 14:09:04

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020614090400700000027046654>

Número do documento: 20020614090400700000027046654

Num. 28039960 - Pág. 1

29/01/2020




PAGUE SEGURO

Como Pagar
(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
Consulta a Pagamentos Efetuados
(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

22/06/2018	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nWiapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1nadnt15Cj1LLml2ETUNUd3Fc=)
09/03/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Vapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1nadnt15Cj1LLml2ETUNUd3Fc=)
09/03/2018	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Japi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1nadnt15Cj1LLml2ETUNUd3Fc=)



(https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)



Serviços

Acompanhe seu processo
(https://www.seguradoralider.com.br)

(/Pages/Acompanhe-

Dúvidas e Respostas

A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-

Atendimento

Chat - Atendimento On-line

uradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

2/3



Assinado eletronicamente por: Francisco Israel Cardoso da Silva - 06/02/2020 14:09:04
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020614090400700000027046654
Número do documento: 20020614090400700000027046654

Num. 28039960 - Pág. 2

29/01/2020

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo		
o-Processo-de-Indenizacao.aspx	Somos.aspx	(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
Consultar o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)	Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)	Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)	Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)	Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)	Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)	Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)	Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)	Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
		Mapa do Site (/Mapa-do-Site)

(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/>1556814921288)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



2ª Vara Mista de Cabedelo/PB

Fórum Des. Júlio Aurélio Moreira Coutinho, s/n, BR-230, KM 01 - Camalaú,
Cabedelo - PB, 58310-000 Tel.: (83)-3250-3191;
e-mail: cbd.2vara@tjpb.jus.br

DESPACHO

Nº DO PROCESSO: 0800074-70.2020.8.15.0731

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: MARIA JOSE DE ALMEIDA MALHEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Devidamente emendada, recebo a inicial.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

Ademais, o ofício circular nº. 003/2018, orientou para a necessidade de triagem nos feitos encaminhados para conciliação, alertando-se que as ações repetitivas, conhecidamente sem chances de conciliação, tais como: revisionais de contratos, DPVAT e nas ações em que se tem conhecimento que as empresas tradicionalmente não fazem acordo, não sejam destinados ao núcleo, devendo-se priorizar os processos em que se vislumbre verdadeiramente a possibilidade de um acordo,

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que partes como as que figuram no polo passivo da presente demanda, não realizam acordos em processos congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação, sem prejuízo das tentativas conciliatórias que devem ser realizadas no decorrer da lide.



Assim, cite(m)-se o(a)(s) promovido(a)(s) para, querendo, apresentar(em) contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Cabedelo/PB, em 6 de março de 2020

Juiz de Direito

